



Nota Pública

TOTALITARISMO SIONISTA E A INQUISIÇÃO NAS UNIVERSIDADES

No exato dia em que o primeiro-genocida Benjamin Netanyahu e seu açougueiro para Gaza Yoav Galant passam à condição de foragidos da Comunidade Internacional para fugir à prisão decretada pelo TPI – Tribunal Penal Internacional, a Revista Fórum noticia que os professores de relações internacionais da PUC-SP **Reginaldo Nasser** e **Bruno Hubermann**, dos mais destacados denunciadores do genocídio na Palestina, sofrem assédio de estudantes sionistas da instituição e têm que dar “explicações” de suas declarações “antissemitas” ao setor de Ética e Integridade da Fundação São Paulo, a mantenedora desta universidade católica.

Curiosamente, Netanyahu acusou o TPI de “antissemitismo” ontem mesmo. Logo, apurar o genocídio na Palestina é ação “antissemita”! Como é “antissemitismo” defender que ao menos se implemente a Resolução 181, da ONU, para que haja também, na própria Palestina, um estado palestino. Assim como o **presidente Lula** e os presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, e do Chile, Gabriel Boric, sofreram a mesma farsesca acusação, partida da embaixadora dos EUA Deborah Lipstadt, por acusarem “israel” de genocídio. Também viraram “antissemitas” o secretário-geral da ONU, **António Guterres**, e a Corte Internacional de Justiça (CIJ), exatamente por se ocuparem do genocídio em curso no território palestino de Gaza.

Até o **Papa Francisco** foi acusado de “antissemita”, em novembro do ano passado, em texto da furiosa jornalista Lucetta Scaraffia no La Stampa (“Antissemitismo e o Papa ambíguo”), tão somente porque o Santo Padre pede paz na Terra Santa, clama por um estado palestino e pelo fim dos apartheid e genocídio impostos ao povo palestino há 101 anos (o projeto colonial – **Mandato da Palestina** ao império colonial britânico, que impõe a realização do Lar Nacional Judeu prometido pela Declaração Balfour – começa oficialmente na Palestina em 29 de setembro de 1923).

Assim, o uso indevido da **chantagem do “antissemitismo” para blindar “israel”** e dar a este regime supremacista a impunidade que segue lhe garantindo o “ocidente”, EUA à frente, é a última cartada totalitária dos sionistas defensores do genocídio palestino, especialmente nas universidades, ambiente no qual o monopólio de que gozavam para o tema da Palestina está sendo contestado e superado.

A nova onda, vista na UNICAMP em abril do ano passado, quando a FEPAL e parte da comunidade acadêmica tentaram impedir a realização da Feira do Apartheid de universidades “israelenses”, mais recentemente na USP, tanto em inquérito que criminaliza estudantes pró-Palestina quanto à



FEPAL
FEDERAÇÃO ÁRABE
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية
الفلسطينية في البرازيل

professora Francirosy Barbosa, e na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde estudantes contestaram evento de publicidade para "israel" travestido de "debate", é a criminalização das vozes denunciantes do genocídio palestino. Querem inverter a ordem das coisas, passando à condição de criminosos os que denunciam o racismo e à condição de vítimas os racistas sionistas.

Não bastasse a farsa em si da ideia de "antissemitismo", pois, em concreto, poderia ser antijudaísmo, os **sionistas não-semitas acusam de "antissemitas" dois (na frágil tese) semitas**, o descendente de libaneses Reginaldo Nasser e o judeu Bruno Hubermann. Pouco importa aqui o quanto é farsesca a ideia de semitismo esgrimada pelos sionistas, seja porque a quase totalidade dos euro-judeus, destinatários da "promessa" inglesa de Balfour, não são semitas, seja porque um chinês converter-se ao judaísmo não o torna "semita", seja porque nem todos os árabes podem ser considerados "semitas", fato concreto é que, ironia das ironias, dois interpretáveis como semitas são acusados de "antissemitismo" por sionistas dificilmente "semitas".

E se aplicar-se a eventual acusação em sua forma correta, qual seja, de antijudaísmo, ela também não é cabível, porque acusar um regime supremacista, o de "israel, de cometer genocídio, não implica acusarem-se pessoas professantes do credo religioso judaico, assim como acusar o nazismo não implicou desumanizar os alemães, ou acusar o Apartheid na África do Sul não tornou criminosos os brancos por sua branquitude. O que esteve em questão foram os regimes supremacistas.

Por fim, no que mais importa, está em curso uma orquestração muito bem organizada, com centros sionistas à cabeça, que visa impor **terror nas universidades para que as vozes palestinas calem temendo o pior**, que vai dos prejuízos às carreiras acadêmicas às exclusões dos quadros das instituições universitárias, quando não é penalização criminal.

Diante disso, além de alertarmos acerca da ação sionista, apelamos ao campo da solidariedade à Palestina que esteja atento a este movimento e o denuncie, bem como que estejamos organizados para reação conjunta a esta **tentativa sionista de eliminar a crítica ao genocídio palestino** na sociedade brasileira em seu conjunto, especialmente no meio universitário. E neste momento é imperiosa a solidariedade irrestrita às vítimas da perseguição sionista, a ela somada a iniciativa de esclarecimento às administrações universitárias quanto ao perigo que as ronda, para que não cedam à **inquisição totalitária e obscurantista dos negacionistas sionistas**.

Palestina Livre a partir do Brasil, 22 de novembro de 2024, 77º ano da Nakba.